



# Boletim de Legislação



**EJEJ** - escola que forma e informa

**Nº 678 – 06 de abril de 2022**

**Abrangência: 26/03/2022 a 01/04/2022**

Com o objetivo de fornecer aos magistrados e servidores em geral as informações de que necessitam para o desempenho de suas atividades e de criar subsídios para que se mantenham atualizados, a EJEJ disponibiliza, semanalmente, este Boletim.

Seu conteúdo é uma seleção da legislação e de atos normativos do TJMG, inclusive da Corregedoria, publicados nos Diários Oficiais (DOU, DJU, DJe, MINAS GERAIS e DOM), tendo em vista a competência do Tribunal e a relevância da matéria para as funções jurisdicionais e administrativas.

## LEGISLAÇÃO FEDERAL

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
DECRETO Nº 11.008	DOU; 28/03/2022	Regulamenta o § 1º do art. 7º da Lei nº 9.613, de 3.3.1998, para estabelecer a destinação de bens, direitos e valores cuja perda tenha sido declarada em processos de competência da justiça federal nos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores.	<a href="#">Dec. 11.008</a> (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 11.009	DOU; 28/03/2022	Dispõe sobre o Conselho Nacional de Secretários de Segurança Pública.	<a href="#">Dec. 11.009</a> (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 11.010	DOU; 29/03/2022	Altera o Decreto nº 7.984, de 8.4.2013, para dispor sobre os recursos de loterias destinados às entidades desportivas e para dar outras providências.	<a href="#">Dec. 11.010</a> (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 11.013	DOU; 29/03/2022	Altera o Decreto nº 10.852, de 8.11.2021, que regulamenta o Programa Auxílio Brasil.	<a href="#">Dec. 11.013</a> (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 11.015	DOU; 29/03/2022	Institui o Plano Nacional de Regularização Ambiental de Imóveis Rurais e o seu Comitê Gestor.	<a href="#">Dec. 11.015</a> (Site da Presidência da República)
DECRETO Nº 11.016	DOU; 29/03/2022	Regulamenta o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, instituído pelo art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 7.12.1993.	<a href="#">Dec. 11.016</a> (Site da Presidência da República)

<p><b>LEI Nº 14.316</b></p>	<p>DOU; 30/03/2022</p>	<p>Altera as Leis nºs 13.756, de 12.12.2018, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias e sobre a promoção comercial e a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa; e 13.675, de 11.6.2018, que disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp); para destinar recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para ações de enfrentamento da violência contra a mulher.</p>	<p><a href="#">Lei 14.316</a> (Site da Presidência da República)</p>
<p><b>LEI Nº 14.317</b></p>	<p>DOU; 30/03/2022</p>	<p>Altera a Lei nº 7.940, de 20.12.1989, para modificar a forma de cálculo da Taxa de Fiscalização dos mercados de títulos e valores mobiliários, e a Lei nº 6.385, de 7.12.1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários; e revoga dispositivos das Leis nºs 8.383, de 30.12.1991, que institui a Unidade Fiscal de Referência, altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências; 9.457, de 5.5.1997, que altera dispositivos da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, que dispõe sobre as sociedades por ações e da Lei nº 6.385, de 7.12.1976, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários; 11.076, de 30.12.2004, que dispõe sobre o Certificado de Depósito Agropecuário - CDA, o Warrant Agropecuário - WA, o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio - CDCA, a Letra de Crédito do Agronegócio - LCA e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA, dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 9.973, de 29.5.2000, que dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários, 8.427, de 27.5.1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural, 8.929, de 22.8.1994, que institui a Cédula de Produto Rural - CPR, 9.514, de 20.11.1997, que dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário e institui a alienação fiduciária de coisa imóvel, e altera a Taxa de Fiscalização de que trata a Lei nº 7.940, de 20.12.1989, e dá outras providências; 11.908, de 3.3.2009, que autoriza o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e a adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil e 12.249, de 11.6.2010, que institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - REPENEC; cria o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e institui o Regime Especial de Aquisição de Computadores para Uso Educacional - RECOMPE.</p>	<p><a href="#">Lei 14.317</a> (Site da Presidência da República)</p>

LEI Nº 14.318	DOU; 30/03/2022	Altera a Lei nº 9.800, de 26.5.1999, que permite às partes a utilização de sistema de transmissão de dados para a prática de atos processuais e a Lei nº 11.419, de 19.12.2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil; e dá outras providências, para prever hipóteses de cabimento de utilização de sistema de protocolo integrado judicial de caráter nacional.	<a href="#">Lei 14.318</a> (Site da Presidência da República)
---------------	--------------------	--	--

### ATOS NORMATIVOS DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 128	DOU; 29/03/2022	Disciplina as regras, procedimentos e rotinas necessárias à efetiva aplicação das normas de direito previdenciário.	<a href="#">Instr. Norm. 128</a> (Site da Imprensa Nacional)
PORTARIA Nº 673	DOU; 31/03/2022	Estabelece as hipóteses de substituição de exame pericial presencial por exame remoto e as condições e limitações para sua realização.	<a href="#">Port. 673</a> (Site da Imprensa Nacional)

### ATOS NORMATIVOS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 9	DOU 31/03/2022	Autoriza o retorno gradual das visitas presenciais aos presos custodiados nas Penitenciárias Federais, mantém a realização de visitas virtuais, por intermédio da Defensoria Pública da União, os atendimentos de advogados, e dá outras providências.	<a href="#">Port. 9</a> (Site da Imprensa Nacional)

### ATOS NORMATIVOS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 103	DJE/CNJ 30/03/2022	Institui Grupo de Trabalho para aprimorar e atualizar as rotinas administrativas relativas à gestão de precatórios e respectivos procedimentos operacionais no âmbito do Poder Judiciário.	<a href="#">Port. 103</a> (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 447	DJE/CNJ 31/03/2022	Institui a Doutrina de Inteligência de Segurança Institucional do Poder Judiciário e dá outras providências.	<a href="#">Res. 447</a> (Site do CNJ)
RESOLUÇÃO Nº 448	DJE/CNJ 25/03/2022	Altera, renumera e acrescenta dispositivos à Resolução CNJ no 303/2019, que dispõe sobre a gestão de precatórios e respectivos procedimentos operacionais no âmbito do Poder Judiciário.	<a href="#">Res.448</a> (Site do CNJ)

## ATOS NORMATIVOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
RESOLUÇÃO Nº 9	DJE/STJ; 28/03/2022 e 04/04/2022 ( <i>Republicação</i> )	Estabelece o retorno ao trabalho presencial no âmbito do Superior Tribunal de Justiça e dá outras providências.	<a href="#">Res. 9</a> (Site do STJ)

## ATOS NORMATIVOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
ORDEM DE SERVIÇO Nº 1	Diário do Legislativo; 29/03/2022	Dispõe sobre providências a serem adotadas no âmbito da Assembleia Legislativa, observadas as ações necessárias para a prevenção da infecção humana Covid-19, durante a discussão e a votação do Projeto de Lei nº 3.568/2022, que dispõe sobre a revisão geral do subsídio e do vencimento básico dos servidores públicos civis e militares da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo e altera a Lei Delegada nº 37, de 13 de janeiro de 1989.	<a href="#">Ordem Serv. 1</a> (Site da ALMG)

## ATOS NORMATIVOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Tipo/Número	Publicação/Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
AVISO CONJUNTO Nº 46	DJE; 30/03/2022 ( <i>Republicação</i> )	Avisa sobre a desnecessidade de indexação das peças processuais, durante o procedimento de virtualização do acervo de processos físicos, cíveis e criminais, em tramitação no âmbito da Justiça de Primeira Instância do Estado de Minas Gerais, de que trata o Projeto Virtualizar, instituído pela Portaria Conjunta nº 1.026, de 13 de julho de 2020.	<a href="#">Aviso Conj. 46</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.489	DJE; 31/03/2022 ( <i>Republicação</i> )	Constitui a Comissão de Gestão do Teletrabalho de que trata o art. 22 da Resolução do Órgão Especial nº 973, de 4 de outubro de 2021.	<a href="#">Port. 5.489</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.523	DJE; 28/03/2022	Designa juíza leiga para atuar em Unidade Jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais.	<a href="#">Port. 5.523</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.524	DJE; 31/03/2022	Designa juízes leigos para atuarem em Unidades Jurisdicionais do Sistema dos Juizados Especiais.	<a href="#">Port. 5.524</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.530	DJE; 28/03/2022	Dispensa juiz leigo de suas funções em Unidade Jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais.	<a href="#">Port. 5.530</a> (Site do TJMG)

PORTARIA Nº 5.531	DJE; 28/03/2022	Designa juízas leigas para atuarem em Unidade Jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais.	<a href="#">Port. 5.531</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.532	DJE; 30/03/2022	Estabelece a organização, as atribuições, o fluxo de trabalho, as diretrizes e as regras complementares para o funcionamento do Centro de Inteligência da Justiça de Minas Gerais - CIJMG.	<a href="#">Port. 5.532</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.533	DJE; 30/03/2022	Altera a Portaria da Presidência nº 5.157, de 28 de abril de 2021, que "Designa os integrantes da Turma Recursal de jurisdição exclusiva de Belo Horizonte, Betim e Contagem".	<a href="#">Port. 5.533</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.534	DJE; 30/03/2022	Dispõe sobre as atribuições do Centro de Governança de Dados e Segurança da Informação Pessoal.	<a href="#">Port. 5.534</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 5.535	DJE; 31/03/2022	Dispensa juíza leiga de suas funções em Unidade Jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais.	<a href="#">Port. 5.535</a> (Site do TJMG)
PORTARIA CONJUNTA Nº 1.344	DJE; 28/03/2022 e 29/03/2022 (Republicação)	Prorroga os prazos previstos nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 1º da Portaria Conjunta da Presidência nº 1.340, de 4 de março de 2022, que "Dispõe sobre a retomada integral das atividades presenciais nas unidades administrativas e judiciárias do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais e dá outras providências".	<a href="#">Port. Conj. 1.344</a> (Site do TJMG)
RESOLUÇÃO Nº 987	DJE; 30/03/2022 (Republicação)	Dispõe sobre a convocação de juízes de primeiro grau para auxílio nas câmaras cíveis e criminais do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.	<a href="#">Res. 987</a> (Site do TJMG)
RESOLUÇÃO Nº 988	DJE; 30/03/2022 (Republicação)	"Determina a Instalação da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, da Unidade Jurisdicional da Fazenda Pública da Comarca de Juiz de Fora e dá outras providências.	<a href="#">Res. 988</a> (Site do TJMG)
RESOLUÇÃO Nº 989	DJE; 30/03/2022 (Republicação)	Determina a Instalação da 2ª Unidade Jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais e da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, da Comarca de Governador Valadares e dá outras providências.	<a href="#">Res. 989</a> (Site do TJMG)
RESOLUÇÃO Nº 990	DJE; 30/03/2022 (Republicação)	Determina a instalação da 3ª Vara Cível na Comarca de Ipatinga e dá outras providências.	<a href="#">Res. 990</a> (Site do TJMG)

### ATOS NORMATIVOS DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 7.086	DJE; 30/03/2022	Reconduz Juiz de Direito para o exercício das funções de Diretor do Foro da Comarca de Capelinha.	<a href="#">Port. 7.084</a> (Site do TJMG)

PORTARIA Nº 7.085 (EXTRATO)	DJE; 28/03/2022	Instaura Processo Administrativo Disciplinar.	<a href="#">Port. 7.085</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.086	DJE; 29/03/2022	Determina a realização de Correição Extraordinária Parcial na Primeira Vara Criminal da Comarca de Governador Valadares, para fiscalização dos serviços do foro judicial.	<a href="#">Port. 7.086</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.087	DJE; 30/03/2022	Reconduz Juiz de Direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de Capelinha.	<a href="#">Port. 7.087</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.088	DJE; 29/03/2022 E 01/04/2022 (Republicação)	Determina a realização de Correição Extraordinária Parcial na Primeira Vara Criminal da Comarca de Teófilo Otoni, para fiscalização dos serviços do foro judicial.	<a href="#">Port. 7.088</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.089	DJE; 01/04/2022	Designa Juiz de direito para o exercício das funções de Diretor do Foro da Comarca de Abre Campo	<a href="#">Port. 7.089</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.090 (EXTRATO)	DJE; 30/03/2022	Instaura Sindicância Administrativa.	<a href="#">Port. 7.090</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.091	DJE; 01/04/2022	Reconduz Juiz de Direito para o exercício das funções de Diretor do Foro da Comarca de Manhumirim.	<a href="#">Port. 7.091</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.092	DJE; 01/04/2022	Reconduz Juiz de Direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de Manhumirim	<a href="#">Port. 7.092</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.093	DJE; 01/04/2022	Reconduz Juíza de Direito para o exercício das atribuições de proteção aos idosos na Comarca de Matozinhos.	<a href="#">Port. 7.093</a> (Site do TJMG)
PORTARIA Nº 7.094	DJE; 01/04/2022	Disciplina a suspensão do expediente interno e externo no 1º Tribunal do Júri e no 2º Tribunal do Júri da Comarca de Belo Horizonte.	<a href="#">Port. 7.094</a> (Site do TJMG)
PROVIMENTO Nº 403	DJE; 29/03/2022	Altera o item 2.1 do Anexo do Provimento nº 401, de 7 de março de 2022, que “dispõe sobre os procedimentos da Central de Execução de Medidas de Segurança 4.0 - CEMES, de que trata a Portaria Conjunta nº 1.339, de 22 de fevereiro de 2022”.	<a href="#">Prov. 403</a> (Site do TJMG)
RECOMENDAÇÃO Nº 2	DJE; 29/03/2022	Recomenda o compartilhamento de mídia contendo o depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, em caso de produção antecipada de prova.	<a href="#">Recom. 2</a> (Site do TJMG)

## ATOS NORMATIVOS DA TERCEIRA VICE-PRESIDÊNCIA

Tipo/Número	Publicação/ Edição	Ementa/Resumo	Acesso ao Texto Integral
PORTARIA Nº 3.940	DJE; 31/03/2022 e 01/04/2022 (Republicação)	Determina a realização de visitas presenciais para conhecimento, uniformização, acompanhamento, orientações e eventual reestruturação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania do Estado de Minas Gerais e designa integrantes.	<a href="#">Port. 3.940</a> (Site do TJMG)

Edição e publicação: COBIB – Coordenação de Documentação e Biblioteca

Sugestões ou críticas: E-mail: [cobib@tjmg.jus.br](mailto:cobib@tjmg.jus.br)

Para receber o Boletim de Legislação por meio eletrônico, envie e-mail para [cadastro-ble@lista.tjmg.jus.br](mailto:cadastro-ble@lista.tjmg.jus.br). O sistema remeterá uma mensagem de confirmação.